

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	158394-INST FED.DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO - SE	MARY LOURDES SANTOS	20/02/2025 13:41 (v 4.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		232880004442023-76

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para uso ambulatorial, odontológico, medicamentos e equipamentos de uso hospitalar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Material	CATMAT	Unidade de forneci mento	Campus Aracaju		Campus Estância		Campus Itabaiana		Campus Lagarto		Campus S. Cris tovão		Campus Socorro		IFPB / João Pessoa		Qt d. Total	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)		
				Quantidade																		
				Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx	Mín	Máx				Mín	Máx
1	Absorvente higiênico, tipo: normal com abas, características adicionais: adulto, com gel, alta proteção, cobertura suave, formato anatômico, componentes atóxicos e embalados individualmente. Deve conter validade mínima de 12 meses. Pacote com 16 un.	301728	UND	50	100	20	40	50	100	20	40	50	100	20	40	0	0	420	13,90	5.838,00		
2	Adesivo dental, tipo: fotopolimerizável, componentes: monocomponente. Deve conter validade mínima de 24 meses. Deve possuir registro na ANVISA.	391135	Frasco 6 g	2	6	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	12	113,19	1.358,28		

3	Agulha odontológica, material aço inoxidável siliconizado, aplicação gengival / anestesia, dimensão 30 g curta, tipo ponta* com bisel trifacetado, tipo conexão conector p/ seringa carpule, tipo uso estéril, descartável, apresentação c/ protetor plástico e lacre. Deve possuir selo de identificação da conformidade do Inmetro. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	442145	Caixa 100 un	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	43,93	351,44
4	Amálgama, componentes mercúrio, tipo liga c/ alto teor de cobre e prata, apresentação cápsula. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses. Embalagem c/ 50 cápsulas de 2 doses	453261	Cápsulas 2 doses	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	209,24	1.673,92
5	Amoxicilina, princípio ativo associada com clavulanato de potássio, concentração 500mg + 125mg. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Caixa com 14 comprimidos	271217	Compri mido	200	400	0	0	0	0	0	0	50	100	0	0	0	0	500	38,49	19.245,00
6	Babador, material papel absorvente e plástico, tipo uso descartável, cor branca, comprimento 33cm, largura 48cm, características adicionais 2 camadas	268178	Caixa 100 un	3	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	0	0	12	20,27	243,24
7	Benzocaína, concentração 20%, uso gel tópico. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	272913	Pote 12g	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	15,59	249,44
	Bicarbonato de sódio, aspecto físico pó branco, fino, peso molecular 84,01, fórmula química nahco3, grau de pureza																			

8	pureza mínima de 99%, característica adicional reagente p.a./ acs, número de referência química* cas 144-55-8. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Embalagem com 500g	412636	Gramma	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	112,00	896,00
9	Bolsa térmica, quente e frio, anticongelante, capacidade cerca de 250ml. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	433755	UND	20	40	10	20	10	20	10	20	10	20	10	20	0	0	140	22,32	3.124,80
10	Broca alta rotação, tipo corte corte médio, material aço inoxidável diamantada, formato esférica, tipo haste haste regular, numeração americana 1012. Deve possuir registro na ANVISA.	402945	UND	40	80	0	0	0	0	40	80	0	0	0	0	0	0	160	11,08	1.772,80
11	Broca alta rotação, tipo corte corte médio, material aço inoxidável diamantada, formato esférica, tipo haste haste regular, numeração americana 1014. Deve possuir registro na ANVISA.	402947	UND	30	60	0	0	0	0	30	60	0	0	0	0	0	0	120	7,08	849,60
12	Broca alta rotação, tipo corte corte médio, material aço inoxidável diamantada, formato esférica, tipo haste haste regular, numeração americana 1015. Deve possuir registro na ANVISA.	402948	UND	30	60	0	0	0	0	30	60	0	0	0	0	0	0	120	7,44	892,80
13	Broca alta rotação, tipo corte corte fino, material aço inoxidável diamantada, formato chama, tipo haste haste curta, numeração americana 1 ref. 3118f. Deve possuir registro na ANVISA.	403150	UND	30	60	0	0	0	0	30	60	0	0	0	0	0	0	120	9,84	1.180,80
14	Broca alta rotação, tipo corte corte fino, material aço inoxidável diamantada, formato cônica, característica adicional topo em chama, tipo haste haste regular, numeração	403154	UND	30	60	0	0	0	0	30	60	0	0	0	0	0	0	120	10,04	1.204,80

	americana 1 ref. 3195f. Deve possuir registro na ANVISA.																			
15	Carbono para articular, material em papel, formato formato de fita, cor dupla face - 2 cores, tipo uso estéril, descartável, apresentação em folha. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	406150	Embalagem 12 un	20	40	0	0	0	0	20	40	0	0	0	0	0	0	80	22,05	1.764,00
16	Cloreto de sódio, princípio ativo 0,9%_solução injetável, aplicação frasco com abertura twist off. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	268237	Frasco 10 ml	100	200	50	100	50	100	100	200	0	0	50	100	0	0	700	2,09	1.463,00
17	Clorexidina digluconato, dosagem 2%, aplicação degermante. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	269876	Frasco 100ml	0	0	10	20	10	20	10	20	0	0	0	0	0	0	60	21,00	1.260,00
18	Clorexidina digluconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	269878	Frasco 100 ml	10	20	10	20	10	20	10	20	10	20	0	0	0	0	100	10,04	1.004,00
19	Clorexidina digluconato dosagem 2%, aplicação solução tópica. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	269880	Frasco 100ml	10	20	10	20	10	20	10	20	10	20	10	20	0	0	120	16,48	1.977,60
20	Clorexidina digluconato, concentração 0,12%, forma farmacêutica colutório. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	341174	Frasco 1000ml	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	40,40	323,20
21	Coletor de material perfuro-cortante, material papelão, capacidade total 3l acessórios alças rígidas e tampa, componentes adicionais revestimento	623112	UND	30	60	10	20	0	0	0	0	0	0	10	20	0	0	100	14,17	1.417,00

	interno em polietileno alta densidade, tipo uso descartável. Deve possuir registro na ANVISA.																			
22	Desinfetante hospitalar. Princípio Ativo: Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio +Tensioativos. Característica Adicional: Com Aroma. Forma Física: Solução Aquosa. Teor Ativo: Teor Ativo Em Torno De 15%. Composição: À Base De Quaternário De Amônio. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	408649	Litro	30	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	20,00	1.200,00
23	Dessensibilizante dentinário, aspecto físico pasta, composição básica nitrato potássio, fluoreto sódio, composição adicional fosfato de cálcio (hidroxiapatita). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	419116	Seringa 2.5 g	3	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	0	0	12	20,37	244,44
24	Diclofenaco forma farmacêutica: gel, composição: sal dietilamônio, concentração: 10mg/g. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	448612	Bisnaga 60 g	0	0	0	0	10	20	10	20	0	0	0	0	0	0	40	15,16	606,40
25	Dimeticona, dosagem 80 mg. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	269590	Frasco 10 ml	10	20	0	0	0	0	10	20	10	20	0	0	0	0	60	12,21	732,60
26	Disco - uso odontologia, material: feltro, tipo do encaixe: encaixe p/ mandril c/ parafuso, diâmetro: cerca de 12, tipo: p/ polimento. Deve possuir registro na ANVISA. Embalagem com 12 unidades	438130	UND	5	10	0	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	20	56,80	1.136,00
	Disco - uso odontologia, tipo:																			

27	material: poliéster + óxido de alumínio, tipo do encaixe: encaixe p/ mandril c/ parafuso, diâmetro: cerca de 1/2, tipo: lixa, tipo face: monoface, tipo uso: descartável. Deve possuir registro na ANVISA. Embalagem com 50 unidades	438121	UND	5	10	0	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	20	200,00	4.000,00
28	Divã clínico, revestimento: revestido em napa, altura: 0,80, material estofamento: estofado com espuma, comprimento: 1,80, largura: 0,65, material estrutura: estrutura tubular, acessórios: com cabeceira reclinável e suporte para lençol. Deve possuir registro na ANVISA.	389951	UND	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	3	770,00	2.310,00
29	Escada hospitalar, uso maca, material aço inoxidável, número degraus 2, revestimento degraus tapete antiderrapante, tipo degraus fixo, cor branca.	617875	UND	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	3	226,50	679,50
30	Escopolamina butilbrometo, apresentação associada com dipirona sódica, dosagem 6,67mg + 333mg/ml, indicação solução oral. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	270622	Frasco 10 ml	10	20	0	0	5	10	10	20	10	20	0	0	0	0	70	5,41	378,70
31	Escopolamina butilbrometo, apresentação associado com paracetamol, dosagem 10mg + 500mg. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Caixa com 20 unidades.	270971	Compri mido	50	100	0	0	0	0	10	20	0	0	0	0	0	0	120	32,99	3.958,80
32	Escopolamina butilbrometo, dosagem: 10 mg. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade	267283	Compri mido	50	100	0	0	0	0	10	20	10	20	0	0	0	0	140	19,95	2.793,00

	mínima de 18 meses. Caixa com 20 unidades.																			
33	Extrato medicinal, princípio ativo passiflora incarnata, carataegus oxyacantha, composição salix alba, concentração 100 mg + 30 mg + 100 mg. Caixa. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Caixa com 20 unidades.	305808	Compri mido	30	60	0	0	3	6	3	6	0	0	0	0	0	0	72	59,58	4.289,76
34	Filme radiológico, tipo odontológico, dimensões 27 x 54 mm. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	427192	Caixa 150 un	1	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	4	224,20	896,80
35	Fixador radiológico, aplicação para processamento manual, aspecto físico solução aquosa pronta para uso. Deve conter validade mínima de 18 meses.	405632	Frasco 475 ml	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	37,35	597,60
36	Fluoreto de sódio, característica adicional: acidulado, forma farmacêutica: gel tixotrópico, concentração: 1,23%. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	428102	Frasco 200ml	30	60	0	0	0	0	10	20	0	0	10	20	0	0	100	9,75	975,00
37	Frasco - tipo almotolia material: em polietileno (plástico), capacidade: 300mL, tipo bico: bico reto, longo, estreito, com protetor, cor: transparente, tipo tampa: tampa em rosca.	478829	UND	0	0	10	20	10	20	0	0	0	0	0	0	5	10	50	31,00	1.550,00
38	Hidróxido de cálcio, aspecto físico base + catalisador, tipo cimento, apresentação conjunto completo. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	404562	UND	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	62,00	496,00
	Imobilizador (órtese) material: papelão, posição: bilateral, adicionais: c/																			

39	marcações para dobras, tipo: p/ membro inferior, tamanho: tamanho adulto. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452194	UND	0	0	0	0	20	40	20	40	0	0	0	0	0	0	80	3,21	256,80
40	Imobilizador (órtese) material: papelão, posição: bilateral, adicionais: c/ marcações para dobras, tipo: p/ membro superior, tamanho: tamanho adulto. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452193	UND	0	0	0	0	20	40	20	40	0	0	0	0	0	0	80	3,47	277,60
41	Imobilizador (órtese) tipo: tipoia velpeau, material: tecido 100 % algodão resistente, tamanho: tamanho m, posição: bilateral, modelo: alça regulável, tipo fecho: fecho de engate rápido. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452150	UND	0	0	0	0	3	6	3	6	3	6	0	0	0	0	18	53,14	956,52
42	Imobilizador (tala), material: metal revestido de e.v.a., tipo: aramado, tamanho: cerca de 65 x 10 cm. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452239	UND	0	0	0	0	2	4	2	4	2	4	2	4	0	0	16	14,90	238,40
43	Imobilizador (tala), material: metal revestido de e.v.a., tipo: aramado, tamanho: cerca de 85 x 10 cm. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452240	UND	0	0	0	0	2	4	2	4	2	4	2	4	0	0	16	21,20	339,20
44	Imobilizador (tala), material: metal revestido de e.v.a., tipo: aramado, tamanho: cerca de 100 x 10 cm. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452241	UND	0	0	0	0	2	4	2	4	2	4	2	4	0	0	16	24,00	384,00
	Imobilizador (tala),																			

45	material: metal revestido de e.v.a., tipo: aramado, tamanho: cerca de 120 x 10 cm. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	452242	UND	0	0	0	0	2	4	2	4	2	4	2	4	0	0	16	26,23	419,68
46	Indicador químico, classe classe i, tipo uso externo, apresentação fita adesiva, características adicionais para esterilização a vapor. Deve conter validade mínima de 18 meses.	332343	UND	6	12	0	0	0	0	6	12	0	0	0	0	0	0	24	10,57	253,68
47	Lenço descartável. Material: tnt, aplicação: limpeza instrumentos, comprimento: 20, cor: branca, largura: 13, características adicionais: desinfetante especial, eliminar vírus e bactérias. Deve conter validade mínima de 24 meses.	387919	Caixa 50 un	50	100	10	20	10	20	10	20	0	0	10	20	0	0	180	24,51	4.411,80
48	Lençol descartável, material papel, largura 0,50 m, comprimento 50 m, apresentação rolo, cor branco, aplicação maca hospitalar. Deve conter validade mínima de 24 meses.	481790	UND	0	0	0	0	10	20	10	20	10	20	0	0	0	0	60	16,00	960,00
49	Lubrificante odontológico, composição básica óleo mineral, apresentação refil, aplicação caneta de alta e baixa rotação, características adicionais sem cfc. Deve conter validade mínima de 18 meses.	417983	Frasco 100ml	10	20	0	0	0	0	10	20	0	0	0	0	0	0	40	16,29	651,60
50	L u v a para procedimento não cirúrgico, material: nitrile, modelo: sem látex, tamanho: pequeno, características adicionais: sem pó, esterilidade: não esterilizada. Deve possuir selo de identificação da conformidade do Inmetro. Deve possuir	619823	Emba lagem 100 un	20	40	10	20	0	0	0	0	0	0	0	0	20	80	140	23,07	3.229,80

	registro na ANVISA e Certificado de Aprovação (CA). Deve conter validade mínima de 24 meses.																			
51	Luva para procedimento não cirúrgico, material: látex natural íntegro e uniforme, modelo: antiderrapante, finalidade: resistente à tração, tipo: ambidestra, tamanho: extrapequeno, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, apresentação: atóxica, tipo uso: descartável. Deve possuir selo de identificação da conformidade do Inmetro. Deve possuir registro na ANVISA e Certificado de Aprovação (CA). Deve conter validade mínima de 24 meses.	619848	Embalagem 100 un	0	0	0	0	0	0	10	20	0	0	10	20	0	0	40	22,40	896,00
52	Mandril odontológico, material aço inoxidável, modelo denteado, compatibilidade para contra ângulo. Autoclave. Deve possuir registro na ANVISA.	438664	UND	5	10	0	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	20	19,00	380,00
53	Material fisioterapia, tipo disco propriocepção, material plástico vinil, características adicionais superfície c/ semi-esferas estímulo tátil sola pé, capacidade 200 kg, diâmetro cerca de 60 cm, modelo inflável.	414056	UND	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	118,52	474,08
54	Matriz odontológica, material: aço inoxidável, largura: 7mm, apresentação: rolo 50cm, tipo uso: descartável, formato: fita. Deve possuir registro na ANVISA.	406146	UND	5	10	0	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	20	4,02	80,40
55	Matriz odontológica, material poliéster, tipo pré-cortada, formato fita, apresentação envelope 50 folhas de	406147	UND	10	20	0	0	0	0	10	20	0	0	0	0	0	0	40	7,45	298,00

	10cm, largura 10 mm, tipo uso descartável. Deve possuir registro na ANVISA.																			
56	Modelo anatômico para fins didáticos material: metal, finalidade: material educativo odontológico, aplicação: treinamento, outros componentes: macro escova tamanho 35x2,50 cm, tipo: macro arcada (superior e inferior) e articulador, tamanho: 17 x 17 x 22, características adicionais: posiciona na oclusão i/ii/iii e mordida cruzada	395849	UND	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	2	329,07	658,14
57	Omeprazol, concentração 40 mg. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Caixa com 60 cápsulas	267713	Compri mido	30	60	0	0	0	0	5	10	5	10	0	0	0	0	80	93,85	7.508,00
58	Pasta abrasiva, aplicação: polimento resina composta, características adicionais: acabamento espelhado. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	362665	UND	3	6	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	0	0	12	54,98	659,76
59	Ponta montada uso odontológico, material silicone c/ óxido de alumínio, formato 6 pontas sortidas, cor brancas e amarelas, aplicação resinas, características adicionais conjunto completo, compatibilidade contra ângulo. Deve possuir registro na ANVISA.	427266	UND	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	148,00	2.368,00
60	Ponteira ultrassom odontológico, material: aço inoxidável, modelo: ponta curva c, refrigeração, aplicação: raspagem, remoção de tártaro, compatibilidade: encaixe específico, características adicionais: p/ região	407078	UND	0	0	0	0	0	0	3	6	0	0	0	0	0	0	6	177,50	1.065,00

	interproximal. Deve possuir registro na ANVISA. Obs. Deve ser compatível com o equipamento ultrassom odontológico da marca Alt modelo altsonic jet ceramic - ano 2015 (Campus Lagarto)																			
61	Probiótico forma farmacêutica: suspensão oral, composição: saccharomyces cerevisiae, concentração: 100 milhões/ml. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses. Caixa com 10 flaconetes de 5ml	449026	Flaconetes 5ml	30	60	0	0	10	20	10	20	10	20	0	0	0	0	120	84,84	10.180,80
62	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo de análise quantitativo de glicose, características adicionais: capilar, apresentação: tira. Deve ser compatível com a marca Bioland.	339565	UND	0	0	100	200	0	0	200	400	100	200	100	200	0	0	1000	8,55	8.550,00
63	Resina composta a2e, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanoparticuladas, Cor a2e (reposição) para esmalte (seringa de 4g). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	407163	Seringa 4 g	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	131,45	1.051,60
64	Resina composta a3e, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanoparticuladas, Cor a3e (reposição) para esmalte (seringa de 4g). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	407163	Seringa 4 g	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	131,45	1.051,60
65	Resina composta a2b, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanoparticuladas, Cor a2b (reposição) para corpo (seringa de 4 g). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	407163	Seringa 4 g	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	131,45	1.051,60

66	Resina composta a3b, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanoparticuladas, Cor a3b (reposição) para corpo (seringa de 4 g). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	407163	Seringa 4 g	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	123,56	988,48
67	Resina composta a3,5e, tipo fotopolimerizável, tamanho partículas nanoparticuladas. Cor a3,5e (reposição) para esmalte (seringa de 4 g). Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	407163	Seringa 4 g	2	4	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	8	250,00	2.000,00
68	Revelador radiológico, tipo solução aquosa pronta p/ uso, aplicação para processamento manual. Deve conter validade mínima de 18 meses.	405620	Frasco 475 ml	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	28,61	457,76
69	Saco plástico lixo, altura: 62, aplicação: coleta de resíduos de serviços de saúde, capacidade: 30L, cor: branca, largura: 59cm, características adicionais: leitoso super resistente	230570	Centena	10	20	5	10	5	10	5	10	5	10	5	10	0	0	70	32,40	2.268,00
70	Salicilato de metila, embalagem: frasco aerossol, forma farmacêutica: solução tópica, composição: associada à cânfora, mentol e ess. de terebentina, concentração: 0,0333 ml + 0,0333 g + 0,0083 g + 0,0833 ml/ml. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 18 meses.	317787	Frasco 120 ml	150	300	10	20	10	20	10	20	10	20	10	20	0	0	400	18,03	7.212,00
	Seringa, material: polipropileno, tipo vedação: êmbolo de borracha, capacidade: 5, componente adicional: c/ sistema segurança segundo nr /32, apresentação: embalagem individual, tipo agulha: c/ agulha																			

71	22 g x 1 1/4", esterilidade: estéril, descartável. Deve possuir selo de identificação da conformidade do Inmetro. Deve possuir registro na ANVISA. Deve conter validade mínima de 24 meses.	439694	UND	100	200	50	100	0	0	50	100	50	100	50	100	0	0	600	1,51	906,00
72	Tira abrasiva - uso odontológico, material aço inoxidável + óxido de alumínio, comprimento cerca de 150 mm, largura 4 mm, apresentação: envelope c/ 12 unidades, tipo uso estéril, descartável. Deve possuir registro na ANVISA.	406285	UND	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	36,59	585,44
73	Tira abrasiva - uso odontológico, material: poliéster + óxido de alumínio, comprimento: cerca de 170mm, tipo centro: centro neutro, largura: cerca de 4mm, tipo uso: descartável. Deve possuir registro na ANVISA.	423570	Embalagem 150 un	4	8	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	16	10,80	172,80
74	Ponteira ultrassom odontológico, material: aço inoxidável, modelo: ponta curva c, refrigeração, aplicação: raspagem, remoção de tártaro, compatibilidade: encaixe específico, características adicionais: p/ região interproximal. Deve possuir registro na ANVISA. Obs. Deve ser compatível com o equipamento ultrassom odontológico da marca Shuster modelo Jetlaxis Sonic BP Led (Campus Aracaju)	407078	UND	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	118,54	711,24
	Ponteira ultrassom odontológico, material: aço inoxidável, modelo: ponta lisa c, refrigeração, aplicação: raspagem, remoção de tártaro, compatibilidade: encaixe específico, características																			

75	adicionais: p, região supragengival. Deve possuir registro na ANVISA. Obs. Deve ser compatível com o equipamento ultrassom odontológico da marca Shuster modelo Jetlaxis Sonic BP Led (Campus Aracaju)	407077	UND	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	225,00	1.350,00
VALOR GLOBAL																			R\$ 140.238,10	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. Para fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, declaramos a essencialidade e o interesse público desta contratação .

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000011/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1 a 168

IV) Classe 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO

/Grupo:

6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS

6508 - COSMÉTICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR DE NATUREZA MEDICINAL

6510 - MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA CURATIVOS

6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

6520 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DENTÁRIOS

6525 - EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE RAIOS-X DE USO MÉDICO, DENTÁRIO E VETERINÁRIO

6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES

6532 - VESTUÁRIO HOSPITALAR E CIRÚRGICO E ITENS CORRELATOS DE FINALIDADES ESPECIAIS

6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE

6685 - INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO E CONTROLE DE PRESSÃO, TEMPERATURA E UMIDADE

6810 - PRODUTOS QUÍMICOS

6840 - PESTICIDAS E DESINFETANTES

7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

7290 - UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS

8105 - SACOS E BOLSAS

8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS

8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTÍFRICOS

8530 - ARTIGOS PARA HIGIENE PESSOAL

8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE

8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE

9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS

9999 - ITENS DIVERSOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158394-10/2022

2.3. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado nos incisos I e IV, do art. 3º, do Dec. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, visto que, pelas características e pela natureza do objeto da licitação, haverá a necessidade de solicitações frequentes dos serviços pela Administração, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os equipamentos médicos e odontológicos devem possuir certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.2. o fornecimento de bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.3. o fornecimento de bens em refil ou, caso seja possível, em embalagens que não façam uso de substâncias prejudiciais à camada de ozônio, exceto produtos ou equipamentos considerados de uso essencial, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar.

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1 Compatibilidade dos itens 174 e 175 e dos itens 202 e 203 com equipamento de ultrassom odontológico das marcas Alt, modelo Altsonic Jet Ceramic/Ano 2015 e Shuster modelo Jetlaxis Sonic BP Led, respectivamente.

4.3. SUPRESSÃO

4.4. SUPRESSÃO

4.5. SUPRESSÃO

4.6. SUPRESSÃO

4.7. SUPRESSÃO

4.8. SUPRESSÃO

4.9. SUPRESSÃO

4.10. SUPRESSÃO

4.11. SUPRESSÃO

4.12. SUPRESSÃO

4.13. SUPRESSÃO

4.14. SUPRESSÃO

4.15. SUPRESSÃO

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme solicitação e considerando os quantitativos mínimos e máximos.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 25 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS.

5.1.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: identificação do produto, marca, fabricante, descrição detalhada do produto e prazo de garantia;

5.1.5. Em relação ao deslocamento para entrega dos objetos solicitados, em qualquer que seja o campus do gerenciador ou participantes, todos os custos correrão por conta da contratada.

5.1.6. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, de preferência com uma versão em português e com relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.2.1. Campus Aracaju: Av Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166, B. Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49055-260.

5.2.2. Campus Estância: Rua Café Filho, 260, Bairro Cidade Nova, Estância/SE, CEP 49200-000.

5.2.3. Campus Itabaiana: Av. Padre Airton Gonçalves Lima, 1140 - São Cristóvão, Itabaiana/SE, CEP 49500-543.

5.2.4. Campus Lagarto: Rua Cauby, 523, Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto/SE, CEP 49.400-000.

5.2.5. Campus São Cristóvão: Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, São Cristóvão/SE, CEP 49100-000.

5.2.6. Campus Nª Sra do Socorro: Av Professora Jânia Reis Batista, 94, Cj Marcos Freire II, Nª Sra do Socorro/SE, CEP 49156-183.

5.2.7

5.3. SUPRESSÃO

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), **contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. O contrato será substituído por instrumento equivalente (carta-contrato, nota de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), conforme art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independente de seu valor.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

6.6. SUPRESSÃO

6.7. SUPRESSÃO

6.8. SUPRESSÃO

6.9. SUPRESSÃO

6.10. SUPRESSÃO

6.11. SUPRESSÃO

6.12. SUPRESSÃO

6.13. SUPRESSÃO

6.14. SUPRESSÃO

6.15. SUPRESSÃO**6.16. SUPRESSÃO****7. Critérios de medição e pagamento****7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18.1 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.18.2 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no ato da assinatura da ata de registro de preço.

7.19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.19.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.19.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.19.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. SUPRESSÃO

7.23. SUPRESSÃO

7.24. SUPRESSÃO

7.25. SUPRESSÃO

7.26. SUPRESSÃO

7.27. SUPRESSÃO

7.28. SUPRESSÃO

7.29. SUPRESSÃO

7.30. SUPRESSÃO

7.31. SUPRESSÃO

7.32. SUPRESSÃO

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O fornecimento do objeto será parcelada, conforme solicitação e considerando os quantitativos mínimos e máximos.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **SUPRESSÃO**

8.13. **SUPRESSÃO**

8.14. **Para exercício de atividade de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, as adjudicatárias deverão apresentar AUTORIZAÇÃO e/ou LICENCIAMENTO DE FUNCIONAMENTO, expedida pelo órgão sanitário competente (ANVISA e/ou Vigilância Sanitária), conforme Art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.**

8.14.1. As empresas licitantes dispensadas da “autorização de funcionamento expedida pela ANVISA” deverão comprovar tal condição mediante apresentação de documento probatório específico e idôneo a tal comprovação ou mediante declaração formal equivalente, firmada pela própria empresa licitante, e prestada sob compromisso e sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

8.14.2. No caso da licença de funcionamento estar vencida, a proponente deverá apresentá-la acompanhada do PROTOCOLO DE REVALIDAÇÃO, sendo necessário que este tenha sido requerido até 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término da data da vigência da licença de funcionamento, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170/74.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. SUPRESSÃO

8.25. SUPRESSÃO

8.26. SUPRESSÃO

8.27. SUPRESSÃO

8.28. SUPRESSÃO

8.29. SUPRESSÃO

Qualificação Técnica

8.30. SUPRESSÃO

8.31. SUPRESSÃO

8.32 Prova de atendimento aos requisitos para o armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, previstos na Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976 e na RDC /Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014 e exigidos no item 8.14 deste TR.

8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 140.238,10

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 140.238,10 (cento e quarenta mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

9.2. SUPRESSÃO

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Não há necessidade de indicação de dotação orçamentária, em razão da natureza de registro de preços desta contratação.

11. Obrigações do Contratante

11.1 São obrigações do Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

11.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.1.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

13. Integram este Termo de Referência:

13.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

13.2. Apêndice II – Documentos da Pesquisa de Preços

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Confecção de todo documento com assessoria da Agente de Contratação

ARYANA SOARES CARDONA

Integrante requisitante do Campus gerenciador



Assinou eletronicamente em 04/02/2025 às 11:12:37.

Despacho: Diretor do Campus requisitante

RICARDO MONTEIRO ROCHA

Diretor do Campus requisitante



Assinou eletronicamente em 04/02/2025 às 11:36:26.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Etp.pdf (869.42 KB)
- Anexo II - Pesq de precos.pdf (643.47 KB)